



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESAO À REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 900018/2024-PERP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018-2024-01.

UNIDADE GESTORA ADERENTE (CARONA): SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIO DE CASCAVEL/CE.

PREÂMBULO - ABERTURA

Por autorização do ORDENADOR DE DESPESAS da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, do Município de CASCAVEL/CE é instaurado nesta data o presente Procedimento Administrativo de Adesão (carona) à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018/2024-01, originada do Pregão Eletrônico nº 900018/2024-PERP, gerenciada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE, tudo com fundamento no art. 40 da Lei nº 14.133/21 bem como o art. 31 do Decreto Federal nº. 11.462/2023, visando à CARONA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018-2024-01, cujo objeto foi o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PERMANENTE PARA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPARTIÇÕES DA PASTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JAGUARUANA-CE.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

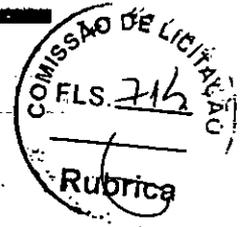
Trata os presentes autos de procedimento de CARONA/ADESAO que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPARTIÇÕES DA PASTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CASCAVEL-CE, à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018-2024-01, originada do Pregão Eletrônico nº 900018/2024-PERP, gerenciada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE, tudo com fundamento no Art. 40 da Lei nº 14.133/21 bem como o art. 31 do Decreto Federal nº. 11.462/2023, visando à CARONA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018-2024-01, para a Contratação de empresa especializada no fornecimento dos equipamentos para SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIO DE CASCAVEL/CE.

Justifica-se ainda que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência. Fator que propicia segurança de que o referido objeto atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre o preço registrado e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados.

Os quantitativos do objeto solicitado e já autorizado para carona/adesão atenderá a demanda da Secretaria Demandante.

Assim considerando o juízo de oportunidade e conveniência da administração pública municipal, e tendo como base as normas do direito público, em especial o Decreto Federal nº 11.462/2023 e a Lei nº 14.133/21, justifica-se a realização da presente contratação visando a economia, eficiência e efetividade na Administração Pública.

A escolha pela adesão justifica-se pela necessidade de adquirir os bens, vantajosidade para a Administração Pública, no que condiz agilidade da contratação, considerando que a adesão à ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, observando que a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIO DE CASCAVEL/CE tem urgência nos serviços a serem adquiridos. Estando, ainda, este processo instruído conforme artigo 31 do Decreto Federal nº 11.462/2023





Portanto, resta claro que a contratação por meio de adesão atenderá aos princípios da celeridade, economicidade e legalidade, trazendo grandes vantagens ao Poder Público.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133/21, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

O Sistema de Registro de Preço – SRP, consiste em um procedimento auxiliar previsto no dispositivo legal antes mencionado e tem por objetivo facilitar a atuação da Administração Pública nas contratações ou aquisições de bens de forma gradual ou parcelada, conservando as condições de igualdade de oportunidade daqueles que do certame queiram participar.

De outro modo, pode se dizer que o SRP é o conjunto de procedimento para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Após efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preço – ARP, que concerne em um documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

Assim, tem se como razoável sustentar que o sistema de registro de preços não é um instituto próprio da contratação, mas sim uma técnica empregada no planejamento com a finalidade de proporcionar uma relação contratual mais eficiente para a Administração, considerando que a licitação em que se utiliza a técnica do registro de preços é exatamente igual às demais modalidades, diferenciando-se apenas na forma de aquisição ou da prestação dos serviços que fica condicionada pela efetiva demanda.

Com o propósito de regulamentar os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi editado o Decreto nº 11.462/2023, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e instituiu a possibilidade de ser aproveitada a proposta mais vantajosa de uma licitação realizada por outros órgãos e/ou entidades.





Tal procedimento difundiu-se, na doutrina jurídica, sob a denominação de "carona" que pode ser traduzido em linguagem coloquial como uma ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, com redução de tempo e de custos, evitando-se o dispendioso e demorado processo de licitação, propiciando maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação, como no caso indicado e justificado.

Cumprir observar que o Decreto de nº 11.462, de 31 de março de 2023, prevê a possibilidade de que uma Ata de Registro de Preços seja utilizada por outros entes, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE adotou todos os procedimentos legais para viabilizar a formalização do processo de adesão à respectiva Ata de Registro de Preços, tais como:

1. Prévia consulta ao Órgão Gerenciador;
2. Consulta ao Prestador dos Serviços;
3. Anuência do fornecedor/detentor em fornecer os produtos objeto da ARP, ao preço ali constante, sem comprometer o quantitativo constante da Ata e que não prejudique as obrigações assumidas junto ao órgão gerenciador;
4. Justificativas das vantagens advindas da adesão;
5. Disponibilidade Orçamentária;
6. Parecer Jurídico com a aprovação.

III - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE no qual AUTORIZOU a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE a aderirem à Ata de Registro de Preços gerenciada por aquela Secretária, cujo valor registrado da empresa detentora do registro: Empresa: AGIL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 30.607.801/0001-80, EDUCACIONAL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA CNPJ 46.500.710/0001-81 E COSTA LIMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ 44.515.147/0001-90, apresentam-se favorável em função do apelo da economia de escala e, consequentemente, do forte poder de barganha nela contido, aliada a desoneração de vários tributos para a operação de vendas decorrentes daquela Ata de Registro de Preços, o que possibilitou proposta mais barata e acessível. Motivos pelos quais a adesão, indubitavelmente, apresenta qualitativa vantajosidade para a Administração Pública do Município, mais especificamente para a economia das Secretarias mencionadas.

Bem como se justifica pela vantajosidade (comprovada com propostas anexas) realizadas pelo setor de compras do Município e agilidade da aquisição, uma vez que a adesão a ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum.

IV - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Foram efetuadas pesquisas de preço e, conforme se pode verificar nos orçamentos anexos, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstrado que a aquisição através de adesão ao registro de preços da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE é vantajosa para a Administração, tendo em vista que na proposta registrada constam preços abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para as Secretarias demandantes, diante disso justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.



V – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL DO DETENTOR PARA EFEITO DE ASSINATURA DO CONTRATO

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fora juntada, pelo Ordenador de Despesas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCADEL/CE, a documentação das empresas, relativa à habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico financeira, conforme reza os artigos 62 à 70, da Lei Federal nº 14.133/21.

VII – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se como adequado os procedimentos administrativos adotados para a adesão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 900018-2024-01, originada do Pregão Eletrônico nº 900018/2024-PERP, gerenciada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE, cujo objeto foi REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PERMANENTE PARA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPARTIÇÕES DA PASTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PERMANENTE PARA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E REPARTIÇÕES DA PASTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE, tudo com fundamento no Art. 40 da Lei nº 14.133/21, pois, condizente com os preceitos legais estabelecidos pelo e Decreto nº 11.462/2023, de 31 de março de 2023.

Assim, ao lado dos inúmeros dados positivos, em respeito aos princípios da economicidade e da isonomia, em razão de uma melhor organização e otimização dos processos demandados urgentemente, e a devida comprovação da vantajosidade como órgão em "carona" na ata de registro de preços, condição indispensável para a legalidade da adesão, somos favoráveis à adesão e submetemos à sua apreciação e deliberação.

Cascavel/CE, 10 de outubro de 2024.

ROMULO ANDRADE PINHEIRO FILHO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

